

O MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO PARA TODOS E A CRÍTICA MARXISTA: NOTAS SOBRE O MARCO DE AÇÃO DE DACAR¹

Karine Martins Sobral²

Nágela Sousa³

Susana Jimenez⁴

O presente texto debruça-se sobre as diretrizes para a educação do novo milênio, expondo, de modo mais particular, os elementos que constituem o chamado Marco de Ação de Dacar, assim como, tentando explicitar o contexto em que se insere referido documento.

O Marco de Ação de Dacar encontra-se englobado em uma série de conferências mundiais ocorridas desde o início da década de 1990, que provocaram e continuam provocando um conjunto de drásticas mudanças no sistema educacional dos países do capitalismo periférico.

Em 1984, a UNESCO, que detinha uma função destacada na educação mundial, deixa de ser financiada pelos Estados Unidos e passa a funcionar como uma secretaria do Banco Mundial, o qual assume decisivamente a direção da educação no mundo. Segundo Leher (1998), esse acontecimento justifica-se pelo fato de os Estados Unidos terem abandonado a ideologia do desenvolvimento,

¹ O resumo articula-se à pesquisa “*Educação para Todos e a crítica marxista*”- UECE/UFC - ora em andamento

² Mestranda em Educação na Universidade Estadual do Ceará - CMAE/UECE. Pesquisadora colaboradora do Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário – IMO/UECE. E-mail: kaarine@bol.com.br

³ Aluna do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará - UFC. Bolsista do PIBIC - CNPq/UFC. Colaboradora do IMO/UECE. E-mail: nagelasousa@hotmail.com

⁴ Pós-Doutora em Educação. Professora do Centro de Educação da Universidade Estadual do Ceará – CED/UECE. Professora colaboradora da Universidade Federal do Ceará – UFC. Diretora do Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário – IMO/UECE. E-mail: susana_jimenez@uol.com.br.

contida na UNESCO, passando a priorizar como foco de seus interesses, o paradigma da globalização.

Durante o intervalo entre a Conferência Mundial de Educação para Todos (Jomtien, 1990) e o Marco de Ação de Dacar (2000), a Unesco realizou em todo o mundo processos de avaliação dos progressos alcançados. Esse período que antecedeu Dacar foi, ademais, marcado por diversas conferências preparatórias realizadas primeiramente no âmbito de cada país e, depois, no nível continental, as quais visavam analisar as avaliações realizadas pela Unesco, representando, pretensamente, marcos importantes na luta pela universalização da educação básica, compreendida como elemento central na conquista da cidadania.

Dentre os eventos acima referidos, gostaríamos de ressaltar a Conferência de Educação para Todos nas Américas: Marco de Ação Regional, ocorrida em Santo Domingo, no período de 10 a 12 de fevereiro de 2000, onde os países da Região elencaram alguns resultados positivos, porém reconheceram que, apesar de alguns avanços obtidos, ainda restariam importantes temas pendentes que propõem desafios, diante dos quais, os países da Região discorreram sobre o estabelecimento de diversos compromissos. Ao final dessa conferência os países da região convocaram a comunidade internacional e os órgãos de cooperação a ampliarem e aperfeiçoarem os mecanismos de apoio aos países com situações mais críticas.

Realizou-se, então, logo em seguida, o Fórum Mundial de Educação denominado Marco de Ação de Dacar: Educação para Todos, em Senegal (Dacar), entre 26 e 28 de abril de 2000, com a participação dos governos de 180 países e 150 organizações não-governamentais, com o objetivo de reafirmar os compromissos antes estabelecidos em Jomtien e prorrogar o prazo até 2015 para o cumprimento das metas anteriormente estabelecido para aquele ano de 2000.

Os países reunidos em Dacar reportaram progressos observados durante a década que separou os dois eventos, quanto ao alcance da universalização da educação básica, como: aumento nas matrículas nas escolas; diminuição das taxas de repetência e evasão; um crescimento gradual da educação não formal e da

capacitação profissional. Outro ponto crucial anotado foi a constatação de que, através de novas parcerias entre o governo e a sociedade civil e com o apoio mais estratégico da parte dos órgãos financiadores, leia-se Banco Mundial por excelência, seria possível consolidar um progresso marcadamente significativo.

É curioso observar, contudo, que, ao mesmo tempo em que estes foram elencados como aspectos positivos, os mesmos pontos foram assinalados como temas pendentes, o que evidencia, sem sombra de dúvida, que o avanço obtido teria sido tão inexpressivo, que os mesmos problemas constatados em Jomtien ainda se constituiriam um imenso desafio para as nações periféricas, a ponto de, como acima citado, empurrar-se por mais 15 anos, a solução desses problemas. .

No caso do Brasil, vale ressaltar quanto à avaliação positiva, por exemplo, no que diz respeito ao aumento das matrículas e à permanência dos alunos nas escolas, que isto ocorreu muito mais decisivamente em função de programas de caráter compensatório e assistencialista, reprováveis sob qualquer ponto de vista ético-emancipatório, como o Bolsa Família, que, como é sabido, concede uma renda familiar mísera, ainda mais, relativa a cada filho – até o número de três - que freqüenta regularmente a escola. Com essa medida, o governo pode garantir um menor índice de evasão, sem, a rigor, cuidar com maior severidade e compromisso dos problemas da educação pública. Já quanto ao aumento gradual da capacitação profissional, igualmente citado como ponto positivo, presenciamos, de fato, uma predominância de programas de capacitação aligeirados, em serviço, que não oferecem aos professores uma formação digna desse nome, ou seja, uma formação teórica sólida, abrangente, rigorosa, que possa contribuir para o exercício de uma prática que ultrapasse os limites do mais tosco imediatismo.

Mediante os desafios e oportunidades arroladas no Marco de Dacar, os países estabeleceram - num documento elaborado na dita Conferência - aquelas metas e estratégias, que, segundo o discurso proferido por parte dos organismos mundiais, servirão de orientação para que os indivíduos possam aprender e cumprir a responsabilidade de contribuir para o desenvolvimento de sua comunidade ou nação.

As metas e estratégias se constituem em: incrementar a assistência e a educação na primeira infância, garantindo maior acesso à educação primária; especialmente para crianças pertencentes a minorias étnicas, vulneráveis e desfavorecidas; assegurar que todos os jovens e adultos tenham suas necessidades de aprendizagem satisfeitas; atingir em 2015, 50% de melhoria nos níveis de alfabetização de adultos e igualdade entre os gêneros em educação; melhorar a qualidade da educação, de modo que resultados de aprendizagem mensuráveis sejam alcançados por todos, especialmente em alfabetização, cálculo e habilidades essenciais para a vida.

Percebemos claramente no documento elaborado na Conferência de Dacar, um discurso ideologizante em favor da educação como motor da transformação social, inferindo que as desigualdades sociais, a violência, o machismo, o racismo, e até a difusão de grandes epidemias, tudo isso se justificaria pelo fato de a grande maioria dos indivíduos nos países periféricos não ter acesso à educação. Portanto, segundo o referido documento, se todos se unirem em nome de uma educação para todos, alcançaremos o tão almejado desenvolvimento econômico, o qual, por sua vez, dará cabo das mazelas sociais acima referidas.

É interessante observar que até os grandes defensores do sistema capitalista já admitem que os países periféricos não têm capacidade de alcançar o mesmo patamar de desenvolvimento das grandes potências. E lançam o princípio da equidade, que, nada mais é do que uma nova roupagem da teoria do capital humana, tão presente no Brasil na década de 1960. Conforme nos colocam JIMENEZ E SEGUNDO (2007, p. 123), “a noção de equidade [está] adstrita à competência e à ação do indivíduo de conquistar o seu lugar ao sol, em substituição àquela velha igualdade entre os homens”.

Outro aspecto relevante nas diretrizes para a educação no novo milênio é um retorno à máxima estabelecida por Adam Smith e que vem atravessando os tempos como a devida candura e perene atualidade, segundo a qual, os trabalhadores deveriam receber uma educação, porém em “doses homeopáticas”, o que significa o mínimo necessário para que os trabalhadores possam desempenhar

suas funções manuais/práticas no processo de produção. Presenciamos tal reedição pelo fato mesmo de o documento somente levar em consideração a necessidade da universalização da educação básica, priorizando a alfabetização, o cálculo e as habilidades essenciais para a vida, deixando de fora, dessa forma, o ensino médio e o ensino superior, que vão cair nas garras do setor privado. No Brasil, não podemos deixar aqui de denunciar, o mecanismo mais escancarado de submissão a essa política é o PROUNI, que desvia verbas - que deveriam ser destinadas à melhoria e ampliação do ensino superior público – para instituições privadas.

Fazendo um resgate histórico-filosófico das correntes pedagógicas que nortearam as concepções de educação até hoje, constatamos com a ajuda de Suchodolski (1976) e Tonet (2005), que o subjetivismo ou filosofia da existência constitui desde fins do século XIX a corrente de maior importância da pedagogia burguesa. Grosso modo, tal corrente parte do pressuposto de que o homem constrói a realidade de acordo com sua essência – essência essa a-histórica, intimamente ligada à natureza. Uma vez que, para os pensadores da filosofia da existência, o homem é essencialmente egoísta, estaria aí a razão das desigualdades sociais, cabendo, assim, a cada indivíduo em particular, com o aporte da educação, lutar por seu espaço na sociedade.

Dessa forma, não é levantada a questão de que vivemos numa sociedade de classes, de interesses antagônicos, na qual uns detêm os meios de produção (os capitalistas), outros possuem somente a sua força de trabalho (o proletariado) e que, por essa razão que parece tão simples, é impossível falar em formar cidadãos como sinônimo de emancipação humana, uma vez que a conquista da emancipação humana passa obrigatoriamente por uma transformação radical na sociedade.

Como não poderia deixar de ser, o receituário do capital para a educação permanece fundamentalmente inalterado nesse novo milênio tão exaltado nos discursos de seus representantes: contribuir para a reprodução do sistema de exploração do homem pelo homem, nesse sentido, dificultando, ao máximo, aos indivíduos, a apropriação de sua herança cultural e seu desenvolvimento omnilateral.

Bibliografia

LEHER, Roberto. **Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização: a educação como estratégia do Banco Mundial para “Alívio” da pobreza.** Tese (Doutorado) Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. (FEUSP), São Paulo, 1998.

JIMENEZ, Susana V.; MENDES SEGUNDO, Maria das Dores. “Erradicar a pobreza e reproduzir o capital; notas críticas sobre as diretrizes para a educação no novo milênio”. **Cadernos de Educação.** Pelotas, Editora da UFPEL, Ano 16, N. 28, Jan-Jun 2007, pp. 119 - 138.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA – Unesco. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos** (Conferência de Jomtien). Tailândia: Unesco, 1990.

_____. **O Marco de Ação de Dakar Educação Para Todos:** atendendo nossos Compromissos Coletivos. Dakar, Senegal: Cúpula mundial de Educação, 2000.

SUCHODOLSKI, B. **A Pedagogia e as grandes correntes filosóficas.** Lisboa: Livros Horizonte, 1992.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana.** Rio Grande do Sul; Ed. Unijuí, 2005. (coleção fronteiras da educação).